

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR
CNPJ 81.670.804/0001-08
Ponta Grossa - PR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	ATIVO (Em Reais)			PASSIVO (Em Reais)	
	2020	2019		2020	2019
CIRCULANTE	<u>4.402.386</u>	<u>4.245.793</u>	CIRCULANTE	<u>402.255</u>	<u>447.957</u>
DISPONIBILIDADES	<u>681.671</u>	<u>71.531</u>	Fornecedores	20.905	43.400
			Obrigações fiscais/tributárias	69.768	78.922
Caixa e equivalentes de caixa (nota 04)	681.671	71.531	Obrigações sociais/trabalhistas	200.077	253.380
			Outras contas a pagar	110.778	72.255
DIREITOS REALIZÁVEIS	<u>3.720.715</u>	<u>4.174.262</u>	Adiantamento de clientes	727	-
			Empréstimos	-	-
Duplicatas a receber (nota 05)	1.910.746	2.146.106	Convênios	-	-
Estoques (nota 06)	1.637.963	1.843.878			
Adiantamentos a funcionários	8.695	16.790			
Impostos a recuperar	9.901	47.448			
Outros valores a receber	152.974	119.370	NÃO CIRCULANTE	<u>6.483.351</u>	<u>5.806.592</u>
Despesas antecipadas	436	670			
			Resultado de exercícios futuros (nota 8)	5.972.346	5.397.907
NÃO CIRCULANTE	<u>5.870.455</u>	<u>5.284.139</u>	Fundo municipal de habitação (nota 09)	511.005	408.685
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>5.345.336</u>	<u>4.641.757</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>3.387.235</u>	<u>3.275.383</u>
Duplicatas a receber (nota 05)	5.342.051	4.621.583			
Outros valores a receber	3.285	20.174	Capital social (nota 10)	18.288.242	16.029.135
			Ajustes de exercícios anteriores	7.971	(18.000)
IMOBILIZADO (nota 07)	<u>316.437</u>	<u>351.376</u>	Resultados acumulados	(14.908.978)	(12.735.752)
INTANGÍVEL	<u>208.682</u>	<u>291.006</u>			
TOTAL DO ATIVO	<u>10.272.841</u>	<u>9.529.932</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>10.272.841</u>	<u>9.529.932</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR
CNPJ 81.670.804/0001-08DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$
PERÍODO DE 01/JAN/2019 A 31/DEZ/2020

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL			AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	SUBSCRITO	A REALIZAR	TOTAL			
SALDOS EM 01/JAN/2019	<u>15.868.243</u>	<u>(1.629.108)</u>	<u>14.239.135</u>	(64.072)	<u>(10.728.798)</u>	<u>3.446.265</u>
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	450.000	1.340.000	1.790.000	-	-	1.790.000
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	46.072	(64.072)	(18.000)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(1.942.882)	(1.942.882)
SALDOS EM 31/DEZ/2019	<u>16.318.243</u>	<u>(289.108)</u>	<u>16.029.135</u>	(18.000)	<u>(12.735.752)</u>	<u>3.275.383</u>
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	4.669.212	(2.410.105)	2.259.107	-	-	2.259.107
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	25.971	(18.000)	7.971
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(2.155.226)	(2.155.226)
SALDOS EM 31/DEZ/2020	<u>20.987.455</u>	<u>(2.699.213)</u>	<u>18.288.242</u>	7.971	<u>(14.908.978)</u>	<u>3.387.235</u>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR CNPJ 81.670.804/0001-08 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR CNPJ 81.670.804/0001-08 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Em R\$	2020	2019	Em R\$	2020	2019
RECEITA BRUTA	<u>1.222.205</u>	<u>1.210.169</u>	FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE OPERACIONAL		
Venda de imóveis (nota 12)	1.222.205	1.210.169	Prejuízo do exercício	(2.155.226)	(1.942.882)
DEDUÇÃO DAS RECEITAS (nota 13)	<u>(168.053)</u>	<u>(166.398)</u>	. Ajuste de exercícios anteriores	7.971	(18.000)
RECEITA LÍQUIDA	<u>1.054.152</u>	<u>1.043.771</u>	. Depreciações e amortizações	<u>120.191</u>	<u>115.125</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS (nota 14)	<u>204.441</u>	<u>(224.371)</u>	Prejuízo ajustado	(2.027.064)	(1.845.757)
LUCRO BRUTO	<u>849.711</u>	<u>819.400</u>	. Variação nas contas de duplicatas a receber	(485.108)	(451.635)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<u>(3.004.937)</u>	<u>(2.762.282)</u>	. Variação na conta de estoques	205.915	275.083
Despesas gerais e administrativas (nota 15)	(2.936.770)	(2.771.242)	. Recursos de convênio a aplicar	-	-
Despesas financeiras (nota 16)	(40.016)	(26.957)	. Variação na conta de tributos a recuperar	37.547	700
Receitas financeiras (nota 17)	44.216	38.111	. Variação na conta de fornecedores	(22.495)	10.571
Outras receitas/despesas operacionais	(72.367)	(2.194)	. Variação na conta de obrigações fiscais/tributárias	(9.154)	(3.713)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(2.155.226)</u>	<u>(1.942.882)</u>	. Variação da conta obrigações trabalhistas e sociais	(53.303)	12.641
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(2.155.226)</u>	<u>(1.942.882)</u>	. Variação da conta obras a executar	-	-
Prejuízo por lote de 1.000 ações	(151)	(136)	. Variação da conta fundo municipal de habitação	102.320	121.226
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR CNPJ 81.670.804/0001-08 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			. Variação da conta resultado de exercícios futuros	574.439	370.039
	2020	2019	. Variação de outras contas ativas e passivas	30.864	12.125
1 RECEITAS	<u>1.149.838</u>	<u>1.207.975</u>	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(1.646.039)</u>	<u>(1.498.720)</u>
1.1 Venda de Imóveis	1.222.205	1.210.169	Aquisição de imobilizado/intangível	(2.928)	(293.560)
1.2 Outras receitas e despesas	(72.367)	(2.194)	Aquisição de Investimentos	-	-
2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>(737.380)</u>	<u>(681.174)</u>	Caixa líquido das atividades de investimento	<u>(2.928)</u>	<u>(293.560)</u>
2.1 Custos dos imóveis vendidos	(204.441)	(224.371)	Aumento de Capital Social	2.259.107	1.790.000
2.2 Materiais, serviços terceiros, outros	(532.939)	(456.803)	Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>2.259.107</u>	<u>1.790.000</u>
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	<u>412.458</u>	<u>526.801</u>	AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	<u>610.140</u>	<u>(2.280)</u>
4 RETENÇÕES	<u>(120.191)</u>	<u>(115.125)</u>	DISPONIBILIDADES:	<u>610.140</u>	<u>(2.280)</u>
4.1 Depreciação, amortização	(120.191)	(115.125)	No Início	71.531	73.811
5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PROD PELA ENTIDADE(3-4)	<u>532.649</u>	<u>411.676</u>	No Final do Exercício	681.671	71.531
6 VALOR ADICIONADO POR TRANSFERÊNCIA	<u>4.201</u>	<u>11.154</u>	(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)		
6.1 Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-			
6.2 Receitas Financeiras	4.201	11.154			
7 VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	<u>536.850</u>	<u>422.830</u>			
8 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>536.850</u>	<u>422.830</u>			
8.1 Pessoal e encargos	2.492.597	2.184.737			
8.2 Impostos, taxas e contribuições	177.399	174.667			
8.3 Juros e aluguéis	22.080	6.308			
8.4 Prejuízo do exercício	(2.155.226)	(1.942.882)			

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR
Ponta Grossa – PR – CNPJ 81.670.804/0001-08
Notas Explicativas às Demonstrações ContábeisPeríodo de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020
Valores Expressos em R\$ 1,00**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR foi criada em 13 de setembro de 1989 nos termos da lei municipal no 4.298, sob a forma de Economia Mista, sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionista majoritário a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sendo regido pelo Estatuto Social, seus Regimentos e Regulamentos e em consonância com a legislação aplicável.

Tem como objetivo social:

- Elaborar planos e programas visando equacionar e propor soluções para o problema habitacional no município;
- Atuar como entidade captadora e administradora de recursos oriundos da União, do Estado do Paraná, do município de Ponta Grossa e de entidades paraestatais e instituições financeiras, destinados à construção de casas populares e execução de loteamentos para fins habitacionais;
- Elaborar e executar projetos de implantação de núcleos habitacionais;
- Incentivar e apoiar a construção de casas populares, através de projetos tipo mutirão e outros, para fins familiares de baixa renda;
- Incentivar e promover o desfavelamento, com a construção de casa de baixo custo, para atendimento das parcelas mais carentes da população;
- Projetar, construir, incorporar, financiar, e comercializar habitações convencionais e de interesse social, lotes residenciais e materiais de construção;
- Produzir industrialmente artefatos de concreto e outros aplicáveis na edificação das habitações e obras complementares de urbanização e paisagismo de núcleos residenciais;
- Celebrar convênios e firmar contratos com órgãos governamentais, entidades paraestatais e privadas, e instituições financeiras, para consecução de suas finalidades;
- Negociar a importação e importar, se necessário, materiais destinados à construção de moradias. A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR poderá participar de outras sociedades, desde que seja meio de realizar o projeto social.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Legislação societária, contemplando as alterações e atualizações das leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

Em simetria com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a empresa adotou as avaliações e os procedimentos necessários para a apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com novas Práticas Contábeis.

A companhia elaborou estudos sobre os reflexos da aplicação das disposições da Lei nº 12.973/14, concluindo que não há efeitos relevantes nas suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, em decorrência das taxas de depreciação aplicadas sobre seu ativo imobilizado, que não ultrapassam os limites estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da atualização monetária dos ativos e passivos, sujeitos à indexação ou variação cambial, e estão refletidos no resultado do exercício.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis ressaltamos:

a) APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas, despesas e provisões são escrituradas dentro do período em que foram auferidas ou incorridas, estando, portanto, registradas conforme sua competência.

b) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos em bancos contas movimento e aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, as quais não superam os respectivos valores de mercado.

c) DUPLICATAS A RECEBER

As contas a receber englobam os créditos, com clientes, faturados até a data de encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

d) OUTROS ATIVOS

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização.

e) ESTOQUE

A entidade avalia os estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado, diminuindo os custos e despesas com vendas.

O critério de mensuração do custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques para sua localização e condição atuais.

f) IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens.

Os saldos inerentes aos bens imobilizados se encontram apresentados pelo seu valor recuperável, não havendo qualquer evidência de fatos que possam refletir em perdas na realização desses ativos.

g) PASSIVO CIRCULANTE

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias incorridas.

h) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A companhia possui ação trabalhista tramitando em juízo, na qualidade de requerida, cujo valor e risco, associados, foram determinados mediante a análise dos processos, sendo aqueles classificados como de possível perda, não sendo necessário constituir provisão.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do caixa e equivalente de caixa discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2020	Saldo em 2019
Caixa Arrecadação		3.617
Bancos conta movimento	134.550	67.914
Aplicações financeiras	547.121	-
Total	681.671	71.531

NOTA 5. DUPLICATAS A RECEBER

A composição das duplicatas a receber discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	Circulante	Saldo em 2020		Saldo em 2019	
		Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Lotes Residenciais	868.992	2.845.275	921.754	2.756.131	
Lotes Comerciais	491.245	1.538.798	692.293	833.654	
Conjuntos Residenciais	564.745	957.978	552.770	1.031.798	
PECLD ¹	(14.236)	-	(20.711)	-	
Total	1.910.746	5.342.051	2.146.106	4.621.583	

1 PECLD – Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

NOTA 6. ESTOQUES

Os saldos de estoques estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2020	Saldo em 2019
Terrenos sem benfeitorias	717.600	717.600
Imóveis a comercializar	905.531	1.107.581
Estoque interno	14.832	18.697
Total	1.637.963	1.843.878

NOTA 07. IMOBILIZADO

Bem	Custo	Depreciação Acumulada	2020 líquido	2019 líquido	Taxa anual de depreciação
Veículos	76.300	(76.300)	0	3.815	20%
Móveis e utensílios – adm.	107.813	(65.264)	42.549	47.294	10%
Máquinas e equipamentos	27.813	(15.912)	11.901	14.328	10%
Computadores e Periféricos	134.839	(122.524)	12.315	23.487	20%
Terminais Telefônicos	9.332	(4.812)	4.520	5.428	10%
Benfeitorias	297.472	(52.320)	245.152	257.024	4%
Total	653.569	(337.132)	316.437	351.376	

Os saldos estão apresentados pelo seu valor recuperável, não havendo qualquer evidência de fatos que possam refletir em perdas na realização desses ativos.

NOTA 08. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

No ato da assinatura do contrato de compra e venda de loteamentos os valores das vendas são transportados para a conta de Receita e Exercícios Futuros, onde seu saldo é baixado para o resultado proporcionalmente às receitas recebidas no período.

Assim também, os custos da obra são transportados para a conta de Custos de Exercícios Futuros, que são baixados conforme as receitas para a conta de custos no resultado.

O saldoda conta Resultado de Exercícios Futuros está apresentado da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2020	Saldo em 2019
Receita de Exercícios Futuros:		
Lotes Residenciais	3.714.267	3.677.886
Lotes Comerciais	2.030.043	1.525.948
Conjuntos Residenciais	1.522.723	1.584.567
Total (a)	7.267.033	6.788.401
Custo de Exercícios Futuros:		
Lotes Residenciais	(957.720)	(1.018.548)
Lotes Comerciais	(195.911)	(191.028)
Conjuntos Residenciais	(141.056)	(180.918)
Total (b)	(1.294.687)	(1.390.494)
Total (a+b)	5.972.346	5.397.907

NOTA 09. FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Os saldos de fundo municipal de habitação estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 2020	Saldo em 2019
Parque dos Sábios	384.198	287.182
Parque das Andorinhas	168.547	121.503
(-) Pgtos aluguel social	(40.220)	
(-) tarifa bancária	(1.520)	
Total	511.005	408.685

De acordo com a Lei Municipal nº 9.305/2007, foi instituído o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, com a finalidade de propiciar suporte financeiro à implantação do Programa Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS, voltada à população de baixa renda.

NOTA 10. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de R\$ 18.288.242 (dezoito milhões, duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e dois reais), pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no país, composto de 18.288.242 (dezoito milhões, duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e duas) ações ordinárias, sem valor nominal.

NOTA 11. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia está envolvida em processo de natureza trabalhista, que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, não constituiu provisão dos valores, baseada no conceito de que tais processos tem a possibilidade possível de se realizar.

NOTA 12. VENDA DE IMÓVEIS

Descrição	Saldo em 2020	Saldo em 2019
Lotes Residenciais	270.143	253.730
Lotes Comerciais	873.084	861.666
Conjuntos Residenciais	78.978	94.773
Total	1.222.205	1.210.169

NOTA 13. DEDUÇÃO DAS RECEITAS

Descrição	Saldo em 2020	Saldo em 2019
(-) COFINS	92.888	91.972
(-) PIS	20.166	119.968
(-) Contrib. Previdenciária s/ Receita Bruta	54.999	54.458
Total	168.053	166.398

NOTA 14. CUSTOS DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

Descrição	Saldo em 2020	Saldo em 2019
Custo dos Lotes Vendidos	204.441	224.371
Total	204.441	224.371

NOTA 15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	Saldo em 2020	Saldo em 2019
Despesas com Pessoal	1.879.026	1.737.553
Despesas com Diretoria	613.571	447.184
Despesas Tributárias	9.346	8.268
Despesas com lotes a comercializar	837	-
Despesas Gerais	433.990	578.237
Total	2.936.770	2.771.242

NOTA 16. DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	Saldo em 2020	Saldo em 2019
Despesas Bancárias	15.042	15.290
Juros de Mora	22.080	6.308
Outras despesas financeiras	763	-
Descontos Concedidos	2131	5.359
Total	40.016	26.957

NOTA 17. RECEITAS FINANCEIRAS

Descrição	Saldo em 2020	Saldo em 2019
Rendimentos de Aplicações Financeiras	603	61
Juros Recebidos – Mutuários	29.319	34.832
Descontos Obtidos	0	159
Juros Ativos	8.969	104
Multas recebidas	5.325	2.955
Total	44.216	38.111

NOTA 18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2020 até a data de encerramento dos trabalhos de auditoria, 10 de março de 2021, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

NOTA 19. COVID 19

Em dezembro de 2019, um novo agente de Coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan/China. A Organização Mundial da Saúde declarou o Coronavírus como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos que podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia de Habitação de Ponta Grossa– PROLAR, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações contábeis.

NOTA 20. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

A Entidade não remunera os membros componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e não distribui ou concede vantagens sob nenhuma outra forma.

NOTA 21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Após exame das demonstrações contábeis da Companhia de Habitação de Ponta Grossa - Prolar, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o relatório dos auditores independentes emitido pela YSA Auditores e Associados SS, a Diretoria aprovou a emissão e apresentação das demonstrações financeiras em 05 de abril de 2021.

DELOIR JOSÉ SCREMIN JUNIOR
Diretor Presidente

JOSÉ EDEGAR ALVES DOS SANTOS FILHO
Diretor Financeiro

LUCIANA APARECIDA MIGDALSKI
Contadora
CRC PR-058646/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Habitação de Ponta Grossa - PROLAR, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial e demais demonstrativos pertinentes ao exercício de 2020, e, baseado no parecer da auditoria da entidade YSA AUDITORES E ASSOCIADOS SS, no Relatório da Diretoria, são de parecer que as "Demonstrações Financeiras" traduzem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, o resultado de suas operações, as Mutações do Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de Recursos, de acordo com os "Princípios Fundamentais de Contabilidade", aplicados de maneira uniforme em relação ao exercício anterior. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião com respeito ao Balanço, cuja ata segue devidamente assinada pelos Conselheiros presentes, encerrando-se a reunião.

Ponta Grossa, 08 de Abril de 2021.

Lincon Mioduski Ferreira

Sebastião Mainardes Junior

Paulo Roberto Baptista Stachowiak

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Administradores e Conselheiros da

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR

Ponta Grossa – PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA – PROLAR "Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Habitação de Ponta Grossa – Prolar, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva**a) Créditos a receber**

Os controles internos existentes para a conta contábil Outros Créditos, cujo saldo monta em R\$ 147.690,00, são insuficientes para permitir uma apreciação integral e adequada, mesmo que através de procedimentos alternativos de auditoria.

b) Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, constituída pela entidade em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 14.236,28. Todavia, nossos exames indicaram que tal provisão não é suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização de tais créditos, sendo a insuficiência não provisionada, naquela data, de R\$ 147.690,00. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 147.690,00, líquidos dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício

corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 17 de março de 2020.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

- Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 30 de março de 2021.

YSA AUDITORES E ASSOCIADOS SS
CRC-PR 07.495/0-0

PEDRO ARMANDO DE LIMA FUNES
CONTADOR CRC-PR 033.119/O-8

76552/2021



 **Diário OFICIAL Paraná**

Publicação totalmente digital.

Mais praticidade, agilidade, segurança e economia.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

